

LUIZ GERALDO MAZZA

Pacto distante

O novo pacto federativo, embora venha junto com a reforma previdenciária, não será nem de longe o de Moncloa que uniu a Espanha, posto que Bolsonaro e seus seguidores anunciem algo parecido. Quem deu o novo tom foi o ministro Paulo Guedes: trata-se de uma repaginação do diagrama federativo na qual gestores da União, estados e municípios ficam livres das amarras das vinculações orçamentárias e despesas mínimas obrigatórias.

A PEC surge num momento em que a expectativa seria a da manutenção do ritual do "toma lá, dá cá" em cima do projeto-chave do governo e essa novidade restabelece a dignidade nas relações de poderes e devolve aos políticos, tão ultimamente espezinhados, a autonomia na elaboração da Lei de Meios. Argumento-chave é o de que se devolve o poder decisório a esses níveis de governo com o mais amplo sentido de autonomia.

Assim a atmosfera de restrições para prevenir a gastança, e bem estabelecida na limitação dos gastos por Michel Temer, apropriada como resposta ao clima de Juízo Final, há o anúncio de uma alvorada como se víssemos um clima de constituinte. Por sinal que quando votamos a Constituinte de 1988 gerava-se algo utópico, lembrando o primeiro dia da Criação.

É um tom altamente civilizatório e adequado a quem se apresenta como o formulador da estratégia da principal das reformas por não subestimar uma das nossas principais deformações na questão federativa. Como driblar nossa cultura é a questão em todos os níveis de governo.

Linha dura

Ratinho Júnior está obstinado em mudar nossos padrões comportamentais da política e provocou ontem em reunião secretarial, a qual esteve presente o deputado Ademar Traiano, presidente do legislativo, o debate em torno da implementação de compliance na gestão pública. O que mais se fala e se pensa no governo estadual tem sido o que se discutiu em campanha: austeridade, rigor na economia e transparência.

Evita-se, porém, o radicalismo de acatar as primeiras notícias que eventualmente envolvam figuras do governo com decisões negativas na justiça ou o simples enquadramento como se deu nos casos da Superintendência da Fundepar e da Chefia da Casa Civil, o primeiro em sentença de primeira instância, por si só insuficiente para ratificar a culpa.

Justiça e legislativo

Uma das cidades mais atingidas pelo ciclo punitivo, que marcou o País em função da Lava Jato, foi Londrina até por haver atingido em cheio o seu maior líder, Beto Richa. Conflitos entre o poder judicial e o político, representado pelo parlamento e câmaras municipais, fazem parte do jogo democrático, tal qual se observou na resistência da Câmara Federal a duas pesadas denúncias do Ministério Público Federal contra o ex-presidente Michel Temer e ocorre agora, em nível menor, entre a Justiça, mais Ministério Público, e a Câmara Municipal de Londrina com a absolvição dos vereadores afastados Mario Takahashi (PV) e Rony Alves (PTB) e cujo afastamento foi prorrogado por mais 180 dias.

O Ministério Público pleiteia uma nova sessão pela cassação dos parlamentares sob o fundamento de que o ato absolutório foi irregular. Na verdade a maioria votou pela cassação com 12 votos favoráveis, três contrários, três abstenções e uma ausência, e a justiça estranha o quórum, entendendo que a maioria simples, 10 entre 19, é suficiente. É um confronto de sutilezas em torno da hermenêutica regimental. E não é pequena a prensa judicial, mas há em jogo também a independência legislativa.

Hora do obscuro

A tuitada anti-carnaval de Jair Bolsonaro teve uma correspondente em Rolândia com o vídeo em que o vereador presidente Eugênio Serpeloni aparece se masturbando. O vereador alegou que não autorizou a divulgação. A revolta tomou conta da cidade e os mais exaltados pedem a sua renúncia do posto e da condição de vereador. Intimidades do gênero revelam que a solidão passou a ser também um risco porque há muito mais voyeur do que se imagina.

Temporal

A tragédia com as enxurradas em São Paulo levanta um tema comum às grandes cidades: lá ficou demonstrado que tanto a prefeitura quanto o governo estadual gastam 41% do que está previsto no orçamento em matéria de cuidados preventivos. É possível que se dê o mesmo em Curitiba, onde há muito tempo as providências com a drenagem se mostram precárias em vários pontos da cidade como se constata ante as últimas chuvas.

Folclore

Bedeis tanto dos colégios como da Universidade sempre foram alvo da troca dos alunos. No Ginásio Paranaense havia o Cândido que costumava dormir, por algum problema de pressão arterial, em meio ao recreio no pátio e o pessoal batendo nas malas soavam seu nome até despertá-lo. Na privada uma frase rimada com o gordo Mondrone: "de madrugada/ de longe eu vi/ o Mondrone de cueca/ caçando bentevi".

Lava Jato desiste de fundação para gerir multa bilionária da Petrobras

Agência Estado

São Paulo - A força-tarefa da Operação Lava Jato pediu à Justiça a suspensão da constituição da fundação que iria gerir recursos oriundos de multa de R\$ 2,5 bilhões paga pela Petrobras em ação nos Estados Unidos. O fato de constar no acordo que parte dos valores seria destinada à entidade a ser constituída gerou reações negativas.

Os R\$ 2,5 bilhões correspondem a 80% das penalidades definidas no acordo celebrado pela Petrobras com autoridades dos Estados Unidos, divulgado em setembro de 2018. Pelo acordo, esse montante será pago no Brasil, para ser revertido à própria estatal. A pedido da Procuradoria, a Justiça homologou o termo, que prevê que metade da cifra seja destinada a "um fundo patrimonial (endowment), cuja gestão será feita por uma fundação independente, ainda em fase de criação".

A Procuradoria afirmou, nesta terça-feira (12) que "diante do debate social existente sobre o destino dos recursos, a força-tarefa está em diálogo com outros órgãos na busca de soluções ou alterna-

O montante - R\$ 2,5 bilhões - corresponde a 80% das penalidades definidas no acordo celebrado pela estatal com autoridades dos Estados Unidos



Força-tarefa da Lava Jato no MPF/PR: decisão foi tomada "diante do debate social existente sobre o destino dos recursos"

tivas que eventualmente se mostrem mais favoráveis para assegurar que os valores sejam usufruídos pela sociedade brasileira".

"Assim, a força-tarefa da Lava Jato no MPF/PR informa que vem mantendo tratativas com a Advocacia-Geral da União e a Petrobras e optou por propor, ao juízo que

homologou o acordo, a suspensão dos procedimentos para constituição da fundação que daria uma destinação de interesse público para os recursos depositados em conta judicial", afirmam os procuradores.

A Procuradoria da República no Paraná ainda afirmou que também serão consulta-

dos a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União. "Durante esse período, os valores que seriam pagos aos Estados Unidos pela Petrobras estão depositados em conta judicial vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba, com rendimento pela SELIC".

A força-tarefa ressalta que a Petrobras se obrigou perante autoridades norte-americanas a pagar multa substancial em razão de ofensa à lei daquele país, aplicável por conta da existência de grande esquema de corrupção na estatal enquanto negociava suas ações na bolsa de Nova Iorque. "A punição é resultado da atuação criminosa de políticos, partidos, empresários e lavadores de dinheiro em desfavor da companhia".

"Em média, apenas 3% dos recursos nesse tipo de acordo retornam para o país de origem. Nesse caso, graças aos esforços da força-tarefa da Lava Jato, as autoridades norte-americanas concordaram que até 80% da multa fossem pagos no Brasil, em razão de acordo feito com autoridades brasileiras e desde que os valores não fossem revertidos em favor da própria estatal", afirmam os procuradores.

PL cobra divulgação de salários da administração indireta no PR

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Um projeto de lei protocolado nesta semana na AL (Assembleia Legislativa) do Paraná torna obrigatória a divulgação dos salários dos servidores da administração indireta. Segundo o autor, Homero Marchese (PROS), o objetivo é aumentar a transparência no poder público estadual. A exceção seriam algumas situações envolvendo empresas de capital aberto, como Copel (Companhia Paranaense de Energia) e Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná). Hoje, o Portal da Transparência mostra apenas quanto ganham os membros da administração direta.

O parlamentar disse que sua equipe jurídica fez um levantamento, mostrando que pelo menos 12 entes públicos, incluindo ainda fundações e autarquias, não divulgam informações indivi-

duais e nominais sobre os vencimentos de seus funcionários. Entre elas estão, além de Copel e Sanepar, Funeas (Fundação Estatal de Atuação em Saúde), Fundação Araucária, E-Paraná Comunicação, PalcoParaná, Simepar, Ceasa, Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná) e Compagas (Companhia Paranaense de Gás).

"Essas empresas não apontam de forma individualizada quanto ganha seu pessoal. Na nossa opinião, está na contramão da transparência que se prega na administração do País. A gente tem uma Lei de Acesso à Informação na União, uma no Paraná, mas ela não é clara no que deve ser publicado e de que forma. O nosso projeto de lei manda publicar de forma contínua, ou seja, mensal, e de forma individualizada a remuneração. A regra é 'transparência total', afirmou.

Ainda conforme o deputado, a ideia surgiu após, no

primeiro dia de mandato, em fevereiro, ele enviar um requerimento à Cohapar, perguntando por que o órgão não divulgava as informações correspondentes. "A resposta até foi interessante. A Cohapar disse que tentou uma ação judicial para publicar de forma individualizada, mas não conseguiu. O problema seria a falta de uma lei específica. Esse projeto busca justamente suprir essa omissão", disse.

No caso das companhias que operam em regime de concorrência, ficando desobrigadas da divulgação, o texto estabelece que o governador Ratinho Junior (PSD) edite uma norma em até 60 dias depois da aprovação regulamentando a questão. "Tem de ser bastante justificada", completou Marchese. A matéria foi lida na sessão de segunda-feira (11) e encaminhada para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Ela precisa passar em ao menos duas votações no plenário antes da sanção ou do veto do governador.

STF determina bloqueio de R\$ 1,6 mi de Aécio

Folhapress

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta terça-feira (12), por 3 votos a 2, bloquear R\$ 1,6 milhão em bens do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e de sua irmã, Andrea Neves, cada um, atendendo a uma solicitação da PGR (Procuradoria-Geral da República).

O valor visa garantir o pagamento de multa em caso de condenação na ação penal em que Aécio foi denunciado sob a acusação de receber R\$ 2 milhões em propina do empresário Joesley Batista, da J&F, em troca da atuação política enquanto ele era senador.

O bloqueio de bens fora negado em decisão monocrática do ministro relator Marco Aurélio Mello, mas a PGR recorreu, levando a discussão para a Primeira Turma. Os votos favoráveis foram dos ministros Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber concederam o bloqueio. A PGR havia pedido o arresto de outros R\$ 4 milhões.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019 - HUOP/UNIOESTE - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de fresas diversas e protetor de dura mater adulto para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Recebimento das propostas:** Das 09:00h do dia 13/03/2019 até às 09:00h do dia 28/03/2019. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 28/03/2019, 09:00h. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 - HUOP/UNIOESTE** - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Fresas e acessórios para equipamentos médicos hospitalares diversos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Protocolo dos envelopes até 28/03/2019 às 14:00 hs.** no Protocolo do HUOP, na Av. Tancredo Neves, 3224, Bairro São. Onofre, CEP 85.806-470/Cascavel-PR. **Abertura:** 28/03/2019 às 14:30 hs, na sala de Licitações do HUOP. **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019 - HUOP/UNIOESTE** - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos diversos e flocos cirúrgicos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. **Protocolo dos envelopes até 25/03/2019 às 14:00 hs.** no Protocolo do HUOP, na Av. Tancredo Neves, 3224, Bairro São. Onofre, CEP 85.806-470/Cascavel-PR. **Abertura:** 25/03/2019 às 14:30 hs, na sala de Licitações do HUOP. Os editais e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone/fax: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/licitacao, www.comprasparana.gov.br ou www.comprasestadual.pr.gov.br em conformidade com o Dec. Est. nº 2452, de 07/01/04, Cascavel, 11/03/2019.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO Nº 038/2019.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2019 - SMS.
DER Nº 053/2018 - DT/DIOP/SRLESTE.

OBJETO: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para pavimentação do trecho Lagoinha - Salto, com início na interseção com a PR-261 e final da Ponte sobre o Rio da Várzea, numa extensão de aproximadamente 7,4 km, no município de Tijucas do Sul, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, Anexo 01 do Edital.

PREÇO MÁXIMO: R\$ 475.612,77.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Até o dia 30/04/2019 - Durante horário normal de expediente do Protocolo da SR/LESTE/DER/PR.

DATA DA ABERTURA: 02/05/2019 - 14:30 horas

AUTORIZAÇÃO: João Alfredo Zanpinet - Diretor Geral do DER/PR, em 07/02/2019.

Nº DO PROCESSO: 15.261.993-6.

ENTREGA E INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: Os interessados poderão efetuar o "download" do Edital acessando o sistema de compras através da página www.comprasparana.gov.br, órgão DER, e a Comissão de Julgamento, da Superintendência Regional Leste, Rua Konrad Adenauer, 41, Bairro - Tarumã - Curitiba/PR, Fone 0xx 41-3361-2034, e-mail: sinele.santos@der.pr.gov.br.

Curitiba, 12 de março de 2019.

Sidnei dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação.